



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-7037 - <http://www.mec.gov.br>

MINUTA

MINUTA DE CONTRATO Nº /2021/CGC/CGLC/SAA-MEC

PROCESSO Nº 23000.020792/2020-96

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS E A EMPRESA

CONTRATANTE

A UNIÃO, representada pelo **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**, por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 00.394.445/0030-38, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II, 2º andar, em Brasília, Distrito Federal, neste ato representado pelo seu Coordenador-Geral de Recursos Logísticos, o Sr. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, brasileiro, xxxxxxxx, Carteira de Identidade nº xxxxxxxx emitida pela SSP/xxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado em Brasília-DF, Portaria de Nomeação nº xxxxxxxx, de xx de xxxxxxxx de 202x, do Ministro de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial da União em 19 de outubro de 2020, consoante delegação de competência consubstanciada na Portaria nº 849, do Ministro de Estado da Educação, de 22 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2019, doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA

A Empresa inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 23000.020792/2020-96 e em observância às disposições da [Lei nº 8.666/1993](#), de 21 de junho de 1993; da [Lei nº 10.520/2002](#), de 17 de julho de 2002; da [Lei Federal nº 12.846/2013](#), de 1º de agosto de 2013, da [Lei Complementar nº 123/2006](#), de 14 de dezembro de 2006, alterada pela [Lei Complementar nº 147](#), de 7 de agosto de 2014, da [Lei nº 8.078/1990](#), de 11 de setembro de 1990, do [Decreto nº 10.193/2019](#), de 27 de dezembro de 2019, do [Decreto nº 3.555/2000](#), de 8 de agosto de 2000, do [Decreto nº 10.024/2019](#), de 20 de setembro de 2019, do [Decreto nº 7.746/2012](#), de 5 de julho de 2012, do [Decreto nº 8.538/2015](#), de 6 de outubro de 2015, do [Decreto nº 7.203/2010](#), de 4 de junho de 2010, do [Decreto nº 3.722/2001](#), de 09 de janeiro de 2001, do [Decreto nº 4.485/2002](#), de 25 de novembro de 2002, do [Decreto nº 4.358/2002](#), de 05 de setembro de 2002, do [Decreto nº 9.507/2018](#), de 21 de setembro de 2018, da [Instrução Normativa nº 5/2017 SEGES/MPDG](#), de 26 de maio de 2017, da [Instrução Normativa SLTI nº 73, de 05 de agosto de 2020](#), da [IN nº 03/2018](#), da [Portaria nº 120 do Ministério da Educação, de 09 de março de 2016](#), publicada no DOU, em 10 de março de 2016, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas..

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços de seguro predial anual, sem franquias, contra incêndio, explosão e queda de raios, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário alocados nos prédios do Ministério da Educação - MEC, compreendendo os seguintes Edifícios: Sede; Anexos I, II; CETREMEC; Depósito SIA; Conselho Nacional de Educação; e Garagem/Arquivo, todos situados em Brasília – D, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência, ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Descrição da Contratação:

1.3.1. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos abaixo descritos:

- 1.3.1.1. Incêndios e explosões de qualquer natureza, independentemente do local de sua origem, que atinjam as edificações do Ministério da Educação - MEC;
- 1.3.1.2. Queda de raio dentro da área das edificações do Ministério da Educação - MEC que causem qualquer dano aos bens segurados, onde estiverem localizados;
- 1.4. Os edifícios a serem assegurados são os descritos abaixo, perfazendo a área total construída em aproximadamente **72.304,79 m²** (setenta e dois mil, trezentos e quatro metros quadrados, setenta e nove centésimos de metros quadrados):

a) Edifício Sede - Esplanada dos Ministérios Bloco “L” CEP: 70.050-000;

b) Edifícios Anexos I e II – Via N-2 – Esplanada dos Ministérios Bl. “L” - CEP: 70.047-900;

c) Edifício do Conselho Nacional de Educação – SGAS 607 Lote 50 - CEP: 70.200-670;

d) Edifícios da Garagem e do Arquivo – SGMN 01 Bloco “A” – CEP: 70.830-000;

e) Edifício do Cetremec - SGAS 604 Lote 28 Brasília-DF- CEP: 70.200-640;

f) Depósito – SIA Trecho 3 Lote 1210.

2. **CLÁUSULA SEGUDA - DA VIGÊNCIA**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxxxxxx.
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

- 5.1. O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

- 6.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA CONTRATUAL**

- 7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. **CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela Contratada, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela Contratante são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

12.1. As obrigações da Contratada inerentes ao sigilo e à confidencialidade das informações são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– RESCISÃO**

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

14.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

14.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

14.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 15.2.

A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 16.1.

Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 1.1. e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 17.1.

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

- 18.1.

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília — Justiça Federal.
- 18.2.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

MINUTA



Documento assinado eletronicamente por **Cleuber Lopes Alves, Coordenador(a)**, em 22/02/2021, às 07:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2505166** e o código CRC **B8832653**.